

INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA SENHOR MINISTRO DOS TRANSPORTES, NO ACTO DE ABERTURA DO 14º CONSELHO CONSULTIVO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

EXCELÊNCIA GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DO NAMIBE, DR ARCHER MANGUEIRA

EXCELENTISSIMOS ADMINISTRADORES DA PROVÍNCIA

EXCLENTÍSSIMOS SECRETÁRIOS DE ESTADO

DISTINTAS AUTORIDADES TRADICIONAIS

CAROS DIRECTORES NACIONAIS

DIGNOS PRESIDENTES DOS CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS DO SECTOR

CAROS DIRECTORES DOS INSTITUTOS TUTELADOS

CAROS CONVIDADOS À ESTE 14º CONSELHO CONSULTIVO CAROS TRABALHADORES

CAROS COLABORADORES

MINHAS SENHORAS E MEUS SENHORES

Permitam-me que, em meu nome e do Ministério dos Transportes, agradeça a forma calorosa, como fomos recebidos e acolhidos, tanto pelo Governo do Namibe, como pela amável população desta região, em sede do nosso 14º Conselho Consultivo, que decorrerá no dia de hoje e de amanhã, e no qual vamos dedicar ao tema "Cinco Anos de reformas, rumo ao desenvolvimento sustentável".

Em boa verdade, é chegada a hora de fazermos uma retrospectiva e analisarmos os resultados do percurso que construímos juntos, nos últimos cinco anos.

"Reforma" é a palavra certa, para caracterizar a caminhada feita até aqui, quer do ponto de vista da experiência pessoal, quer do conjunto de acções reformistas que levámos a cabo.

Como sabem, o desafio para me juntar ao sector dos transportes foi feito por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, no ano de 2018, depois de, no anterior (2017), me ter convidado para ser seu Secretário para os Assuntos Económicos.

Ainda nessa função tive a oportunidade de contribuir, de forma decisiva, para a elaboração e aprovação do Plano de Estabilização Macroeconómica, que serviu de guião para — com a ajuda do Fundo Monetário Internacional e no âmbito do acordo que viria a ser firmado pelo Executivo — a concepção e implementação do Programa de Financiamento Ampliado. Este Programa

ORGANIZAÇÃO











permite hoje – quer por causa das corajosas medidas de política económica gizadas, quer pelo conjunto de reformas estruturais proposto – que estejamos a conseguir colher frutos dos esforços que realizámos. A nossa economia está a crescer, a previsão do Banco Mundial para 2022 é de 3,5%, a taxa de câmbio está estável, em virtude da liberalização e da orientação para o mercado, as contas externas recuperam, permitindo o crescimento das reservas internacionais líquidas nacionais, as contas fiscais estão equilibradas e o endividamento nacional está a caminhar para níveis sustentáveis.

Entretanto, tomei posse a 21 de Junho de 2018, como já disse, e fui, entre outros temas, orientado para dedicar especial atenção às reformas do sector dos transportes, a todos os níveis, e, em particular, ao sector da aviação civil nacional, enquanto prioridade da acção do Governo em prol da diversificação da nossa economia.

Como corolário dessa orientação, efectuámos recentemente os primeiros voos experimentais no Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto, um dos mais significativos alcances da nossa governação.

Mas, as reformas em que nos empenhámos foram bem mais profundas.

O processo de reformas que pretendíamos implementar tinha como principais objectivos:

- Aumentar a produtividade, a competividade e a geração de empregos no sector,
- Melhorar a eficiência e a regulação dos subsectores dos transportes,
- Alinhar Angola às práticas e aos modelos reconhecidos internacionalmente, garantindo um maior envolvimento do sector privado nacional e estrangeiro.

A este quadro base, associámos os objectivos de desenvolvimento sustentável em cada uma das nossas decisões, nomeadamente:

- Promovemos, no sector dos Transportes, crescimento económico inclusivo e sustentável, aumentando possibilidades de geração de emprego pleno e produtivo e do trabalho digno para todos;
- Lutámos por uma infra-estrutura de transporte de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infra-estrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento económico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos na região;
- Trabalhámos para tornar as nossas cidades e as nossas comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;
- Contribuímos para uma mobilidade humana sustentável nas cidades Angolanas.

Minhas senhoras e meus senhores,















Do ponto de vista institucional, a motivação para as reformas foi a de configurarmos novos órgãos, com a finalidade do sector se adaptar rapidamente, e com maior qualidade, às exigências de um mercado cada vez mais mutável, marcado pela globalização, e perante o desafio de perceber as melhores estratégias para alcançar vantagens competitivas sustentáveis, a nível regional e continental.

Chegados aqui, temos ainda desafios para concluir e vencer, designadamente a:

- Adequação e modernização das infraestruturas ao desenvolvimento produtivo;
- Aumento do nível de competição e integração das cadeias regionais e globais;
- Diminuir a escassez de capital humano qualificado e reforçar as políticas de promoção do ambiente favorável do negócio, captação de investimentos, funcionalidade das empresas e fiscalidade;
- Acelerar a corrida sectorial e global de profissionais qualificados para impulsionar a competitividade;
- Alinhar a qualificação do capital humano à procura das empresas neste novo cenário.

Felizmente, o nosso plano de restruturação encontra-se já numa fase bastante avançada. **Posso até afirmar que já estamos na fase de consolidação das reformas.**

Temos um quadro institucional diferente daquele que encontrámos em 2018: novos órgãos de regulação e supervisão; quadro legal substancialmente alterado em vários subsectores, tendo conseguido atrair, de facto, um conjunto de investidores privados para os projectos do sector e para a sua dinamização. Paralelamente, introduzimos melhorias na governação das empresas, garantindo que estejam mais focadas no o seu ´core business' e dotando-as de mecanismos de governação e controlo mais adequados e alinhados às melhores práticas internacionais.

Consequentemente, e apesar de termos sofrido o impacto da pandemia (este é um dos sectores que mais impactos sofreu), prosseguimos com o programa que tínhamos em carteira procurando cumprir o estabelecido no Plano de Desenvolvimento Nacional, assegurando a melhoria da mobilidade doméstica nos transportes públicos rodoviários, assim como nos transportes aéreos, marítimos e ferroviários.

Entretanto, catalisámos mudanças neste período de 2018 a 2022.

Minhas senhoras e meus senhores,

Da acção do nosso Executivo resultaram mudanças profundas, no nosso ecossistema de mobilidade, conectividade e eficiência da cadeia-de-valor no país, cujos resultados vale sempre a pena lembrar, para constar nos anais do história deste pujente e interessante sector:

✓ Elaborámos o Plano Director Nacional do Sector dos Transportes e Infraestruturas Rodoviárias, documento que representa uma visão estratégica integrada para o















período 2018-2038, o qual caracteriza o ponto de partida, os constrangimentos, os desafios, mas também define soluções, para um rumo cada vez mais auspicioso do Sector dos Transportes;

- ✓ Realizámos um extenso conjunto de reformas estruturais, designadamente a criação de uma nova arquitectura de Órgãos Reguladores, tais como a ANAC, a AMN, a ANTT, a ARCCLA e o INIPAT, que permitem, agora, ao Estado focar-se no seu papel de supervisor, regulador, fiscalizador e defensor de uma verdadeira economia de mercado, e promover uma forte participação do sector privado, porque reguladores fortes fazem sectores fortes e ao árbitro compete ditar as regras do jogo;
- ✓ Atualizámos e revimos o pacote legislativo e regulamentar do sector, sendo de destacar as Leis da Aviação Civil, da Marinha Mercante, Portos e Actividades Conexas, a Lei de Bases das Concessões Aeroportuárias, a Estratégia Global do Sistema Aeroportuário, a Estratégia da Rede Nacional das Plataformas Logísticas, entre outras;
- ✓ Adicionalmente, desenvolvemos acções profundas de racionalização, reestruturação e transformação do tecido empresarial público em sociedades comerciais, com o objectivo de dinamizar/adequar os subsectores da aviação civil, marítimo e portuário, ferroviário, rodoviário e da logística intermodal, aos desafios que o País enfrenta e ao caminho que pretende seguir nos próximos anos.

Vejamos agora como o trabalho que efectuámos se reflectiu em cada um dos nossos subsectores – porque a sistematização dos resultados alcançados é sempre importante para sedimentarmos o caminho e clarificar a visão de conjunto.

a) No subsector da Aviação Civil

- ✓ Alinhamento com a Decisão de Yamoussoukro, no que respeita à liberalização do espaço aéreo, reforçando a concorrência e competitividade do sector aéreo;
- Criação da Autoridade Nacional para a Aviação Civil, no âmbito das autoridades administrativas independentes;
- ✓ Cisão da ENANA E.P., em duas empresas, a ENNA E.P. e a SGA, S.A., esta última integrando o Programa de Privatizações em curso. Recordo que ainda neste segundo semestre de 2022 será lançado o concurso internacional público de abertura de capital;
- ✓ Transformação da TAAG, Companhia Aérea de Bandeira, de Empresa Pública em Sociedade Anónima, processo em curso, para uma empresa que consideramos ser estratégica, para o desenvolvimento e diversificação da nossa economia;
- ✓ Realização de voo experimental no Aeroporto Internacional Dr. Agostinho Neto (ex-ANAIL).



ORGANIZAÇÃO











b) No subsector Marítimo e Portuário

- ✓ Fusão entre o Instituto Marítimo e Portuário de Angola (IMPA) e o Instituto Hidrográfico e de Sinalização Marítima de Angola (IHSMA), dando lugar à Agência Marítima Nacional (AMN);
- ✓ Revisão da Lei 27/12, Lei da Marinha Marcante Portos e Actividades Conexas, clarificando conceitos e reforçando os poderes de Autoridade Marítima à AMN;
- ✓ Suporte à evolução do conceito dos portos angolanos para "Portos Senhorios", reforçando o papel das entidades privadas especializadas;
- ✓ Operacionalização da Cabotagem Norte, que interliga as Províncias de Cabinda, Soyo e Luanda, sendo um marco na criação de soluções, visando mitigar as dificuldades e os riscos inerentes à descontinuidade da Província de Cabinda, para além de ser um instrumento de suporte à formalização da economia, reforço da segurança e melhoria da qualidade do serviço aos Cidadãos e às Empresas;
- ✓ Concessão do Terminal Multiusos de Luanda;
- ✓ Concessão do Terminal Geral de Carga e Contentores do Lobito em curso;
- ✓ Concessão dos Terminais Marítimos de Luanda à exploração privada, com a promoção do turismo e do suporte sociais às populações locais, cujo processo está em curso.

c) No subsector dos Transportes Terrestres

- ✓ Criação da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) a partir da fusão entre o Instituto Nacional de Caminhos-de-Ferro de Angola (INCFA) e o Instituto Nacional de Transportes Rodoviários;
- ✓ Concessão do Corredor do Lobito, em curso, que permitirá integrar Angola numa perspectiva regional, de extrema importância a nível nacional e internacional;
- ✓ Realização dos Estudos Técnicos necessários para a criação do Metro Ligeiro de Superfície, como solução de reorganização do fluxo de passageiro em Luanda;
- ✓ Criação do Sistema Nacional de Bilhética, que irá facilitar a vida do cidadão e das empresas, na utilização simplificada das diferentes ofertas intermodais;
- ✓ Construção de Terminais Interprovinciais de Passageiros, intermodais;
- ✓ Entrega aos Governos Provinciais de mais de 1800 autocarros, sendo que Luanda possui, hoje, a maior frota de autocarros disponível dos últimos 10 anos.





ORGANIZAÇÃO











d) No subsector da Logística

- ✓ Transformação do Conselho Nacional de Carregadores (CNC) em Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola (ARCCLA);
- ✓ Operacionalização da Rede Nacional de Plataformas Logísticas, através de concursos públicos internacionais;
- ✓ Lançamento dos concursos de pareceria público-privada para a construção das plataformas logísticas do Soyo, Luvo, Luau, seguindo-se o Lombe, Arimba e Caála.

Uma reiterada menção devemos, aqui, fazer à realização dos Concuros Públicos Internacionais do Terminal Multiuso do Porto de Luanda, da Concessão do Serviço de Exploração, Gestão e Manutenção das Infraestruturas Ferroviárias do Corredor do Lobito; e da Gestão do Terminal Polivante e de Contentores e de Carga Geral do Porto do Lobito, que para além de permitirem ao Estado Angolano um encaixe financeiro considerável, vieram conferir maior credibilidade ao Sector e ao nosso país, no que diz respeito às regras da concorrencia e da melhoria do ambiente de negócios, sem menosprezar a entrada no nosso mercado, em sede do Sector, actores privados de renome na arena internacional.

Minhas senhoras e meus senhores, chegados aqui quero lembrar-vos que

Neste 14º Conselho Consultivo vamos trabalhar atentamente, entre outros, os seguintes temas:

- O orçamento previsto e o executado do período;
- Investimentos Públicos e Concessões:
- Transformação Digital do Sector;
- Transição de institutos públicos para agências e autoridades;
- Criação da Agência Nacional dos Transportes Terrestres e da Agência Reguladora de Certificação de Carga e Logística de Angola;
- Criação do Instituto Nacional de Investigação e Prevenção de Acidentes de Transportes e da Agência Marítima Nacional;
- Criação da Autoridade Nacional da Aviação Civil;
- O Fundo Social do Sector dos Transportes;
- A estratégia das Academias de Formação e Qualificação Profissional;
- O Plano de Responsabilidade Social e Sustentabilidade do Sector e os seus grandes protagonistas.

Abordaremos, ainda, neste 14º Conselho Consultivo os projectos estruturantes —Projecto da Barra do Dande, Projecto do Aeroporto Internacional Dr. António Agostinho Neto e Cidade Aeroportuária de Icolo-Bengo, o Projecto de Desenvolvimento Integrado da Baía de Moçamedes; e os projectos de transição digital do Sector, designadamente Bilhética nos Transportes Terrestres, Janela Única Portuária II Multiportos, Programa de Modernização dos















Sistemas de Navegação Aérea de Angola, Janela Única Logística, e Centros de Formação e Academias.

Por fim, e para terminar, no que diz respeito aos desafios importantes, quero lembrar que, ainda neste ano de 2022, Angola será submetida à uma auditoria da ICAO. Essa auditoria irá servir também barómetro sobre o que vimos fazendo e como uma prova de conceito das reformas implementadas e clarificar o posicionamento de Angola, como um país africano no mais alto nível de cumprimento das regras de Organização da Aviação Civil Internacional.

Acreditamos que conseguiremos esta aprovação e que sairemos bem sucedidos deste escrutínio.

Minhas senhoras e meus senhores

Neste inexorável calcorrear, entre recuos e avanços, mas sem nunca perder o rumo, não temos estado sozinhos. E, por isso, uma palavra de apreço e de gratidão gostariamos de endereçar aos nossos parceiros institucionais ao nível do executivo, com particular destaque, entre outros, do Mninistério das Finanças, Ministério das Obras Públicas e Ordenamento do Território, o Ministério do Interior, o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo e Gás, o Ministério da Agricultura, o minstério da Defesa, o Ministério da Saúde, o Ministério da Administração do Território, o Ministério da Indústria e Comércio e o Ministério da Cultura, Turismo e Ambiente.

E é por isso que, aqui chegados, com estes e outros resultados, não podemos deixar de lamentar o facto de ainda existirem vozes que acreditam que estávamos melhor antes de 2018.

Não temos uma boa notícia para essas pessoas, que persistem em minar as suas organizações e os seus profissionais, particularmente aqueles que, hoje, vêem uma luz a brilhar no sentido para onde devem caminhar.

E a notícia que temos para essas pessoas é que o comboio já partiu da estação e raga o vento apitando, para o horizonte do progresso.

Resta-nos agora saber o que de facto querem estas pessoas fazer por um País mais inclusivo e desenvolvido e não o que o País e as suas organizações têm de lhes provar.

O percurso que construímos, até aqui, dá-nos força, a certeza do que fizemos pelo País, por todos e para todos

E amanhã, quando mais uma vez concluirmos o olhar para trás, como resultado deste 14º Conselho Consultivo e de tudo o que já empreendemos juntos, poderemos afirmar que valeu sempre a pena lutar por Angola e deixar honrosa e orgulhosamente uma pedra neste gigantesco empreendimento a que chamamos a nossa Angola, a nossa terra, a nossa Pátria.

E é por isso que as palavras certas, para definirmos o que nos vai na alma são: Viva Angola e Viva os Angolanos, ligados ao Mundo!















OBRIGADO A TODOS PELA VOSSA ATENÇÃO, E, SOBRETUDO, PELA VOSSA PRESTIMOSA COLABORAÇÃO.

DR. RICARDO DANIEL SANDÃO QUEIRÓS VIEGAS D'ABREU

MINISTRO DOS TRANSPORTES

NAMIBE, AOS 4 DE JULHO DE 2022



mintrans.gov.ao





